



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

LÍVIA FERNANDA GOMES VIEIRA

INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DAS FAMÍLIAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO
ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: um estudo em um CMEI de João Pessoa-PB

JOÃO PESSOA-PB
2026

LÍVIA FERNANDA GOMES VIEIRA

INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DAS FAMÍLIAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO
ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: um estudo em um CMEI de João Pessoa-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Pedagogia como requisito parcial para
obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Macedo Pereira

JOÃO PESSOA-PB
2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V658i Vieira, Livia Fernanda Gomes.

Intensificação do trabalho das famílias e suas implicações no acompanhamento do desenvolvimento de crianças na educação infantil: um estudo em um CMEI de João Pessoa-PB / Livia Fernanda Gomes Vieira. - João Pessoa, 2026.

45 f. : il.

Orientação: Alexandre Macedo Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Intensificação do trabalho. 2. Precarização do trabalho. 3. Ausência familiar. 4. Desenvolvimento infantil. 5. Educação infantil. I. Pereira, Alexandre Macedo. II. Título.

UFPB/CE

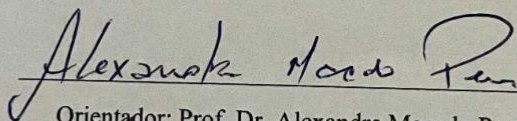
CDU 159.922.7(043.2)

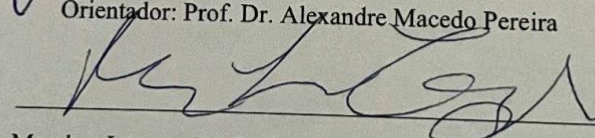
LÍVIA FERNANDA GOMES VIEIRA

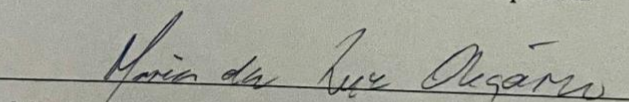
INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DAS FAMÍLIAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO
ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: um estudo em um CMEI de João Pessoa-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Pedagogia como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Macedo Pereira


Orientador: Prof. Dr. Alexandre Macedo Pereira


Membro Interno: Profa. Dra. Maíra Lewtchuk Espindola


Membro Externo: Profa. Dra. Maria da Luz Olegário

João Pessoa, 10 de abril de 2026.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Deus, que possibilitou que eu enxergasse meu próprio potencial em todas as vezes que duvidava de minha capacidade e de seus planos para mim.

Agradeço ao meu marido, Thiago Serafim Vieira, que, desde a época do namoro, no início da graduação, me apoiou e incentivou a nunca desistir, mesmo diante das tribulações neste percurso árduo, incluindo incontáveis crises de ansiedade.

Agradeço à minha voinha e meu voinho, Miriam Alexandre Silva Gomes e Martinho Jerônimo dos Santos Gomes, que sempre me incentivaram a fazer uma graduação na Universidade Federal da Paraíba e fizeram de tudo para garantir minha entrada e permanência, desde uma simples carona no 1º dia de aula da graduação, a começar a acordar às 4 horas da manhã para me ajudar na rotina de estágio e faculdade e ficar até tarde na rua esperando para que eu não andasse sozinha do ponto de ônibus até em casa.

Agradeço à minha mainha, Ana Cláudia Silva Gomes, por ter plantado a sementinha da leitura e da educação na minha infância e ser a minha inspiração enquanto profissional docente e mãe.

Agradeço à minha tia Ana Carolina Gomes de Moura, pelo apoio prestado no decorrer da formação e por incentivar também o meu acesso e permanência no ensino superior.

Agradeço de modo geral ao meu grupo de Andorinhas, que desde o primeiro período pude contar com cada um para qualquer coisa, bem como também puderam contar comigo, nossa amizade e parceria trouxeram arco-íris a um caminho que por muitas vezes ficava tempestuoso.

Agradeço à Maria Isabel Santana Leiros dos Santos, por todo o apoio dado e trocado em diversos aspectos, sem ela e sua persistência, este Trabalho de Conclusão de Curso não existiria.

Agradeço à Viviane Maximiano de Miranda, pelas trocas de mensagens surtando e pensando em trancar o componente curricular de TCC, trocar de tema, trocar orientador, pedir para ler e revisar nossas produções. Tais mensagens permitiram a existência de duas excelentes dissertações.

Agradeço à Sthephany de Melo Ferreira, a primeira amiga feita na graduação e a que me puxou para nosso grupo de Andorinhas, Sthezinha é de longe uma das melhores pessoas que tive a oportunidade de conhecer. Sua fé a ilumina e a todos ao seu redor, obrigada por dedicar várias vezes seu tempo para me auxiliar na revisão de algum trabalho, inclusive deste.

Agradeço à Thayna Caroliny de Souza Melo, a pernambucana mais desenrolada que eu tive a honra de conhecer, por me motivar sempre a continuar e por todas as vezes que percebeu algo e veio conversar comigo. Seus conselhos me ajudaram a permanecer na graduação e a estar aqui hoje.

Agradeço à José Lucas dos Santos Pereira, nosso agente entre a universidade e o grupo, sempre sabendo de tudo e nos repassando, por me cativar no meio acadêmico mesmo quando eu não via mais sentido.

Agradeço à Radmila Lua Lordão Nunes e Jamylle Moraes de Lemos, minhas duas melhores amigas, que somam mais de 7 anos de amizade e ingressaram no curso superior junto comigo, por sempre ficar ao meu lado, dando forças umas às outras.

Agradeço aos meus dois filhos de quatro patas, Florian Snow Gomes Vieira e Aladdin Meliodas Jesuino Gomes Vieira, por serem os meus maiores presentes da vida, sempre prestando apoio simbolicamente em momentos de desespero e me fazendo companhia enquanto escrevia este trabalho, bem como todos os outros durante a graduação.

Agradeço ao professor Alexandre Macedo Pereira, por ter sido um excelente professor na disciplina de Educação e Trabalho, esta ministrada no 3º período, e um orientador melhor ainda agora nesta reta final de conclusão, obrigada por aceitar encarar essa jornada comigo.

Agradeço à professora Máira Lewtchuk Espindola, por suas aulas esplêndidas nas disciplinas de Organização e Prática da Educação Infantil e Estágio Supervisionado II, que fomentaram meu interesse pela temática estudada neste trabalho e fizeram crescer mais a paixão pela Educação Infantil.

Agradeço à professora Maria da Luz Olegário, por suas orientações durante a disciplina de TCC 1 e seu apoio para delimitação do tema, escolha do orientador e pensar em possíveis opções para compor a banca examinadora.

Agradeço em especial à Cleide Serafim Vieira, meu amor, minha tão amada sogra, infelizmente levada pelo câncer no início do ano de 2025, que me ensinou a lutar pelos meus objetivos e sempre fez questão de expressar seu orgulho por ter uma nora na universidade estudando para ser professora e poder ensiná-la a ler e escrever, sua luz no céu continua me iluminando e incentivando todos os dias. Este TCC é dedicado a ela, que com certeza teria sido a primeira pessoa na primeira fileira a assistir à defesa.

Entre a aceleração do trabalho e o silêncio das casas vazias, a infância continua esperando presença. E tudo aquilo que não é construído com presença na infância, ecoa em ausência por toda a vida.

(Livia Fernanda Gomes Vieira, 2026)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema a intensificação do trabalho das famílias e suas implicações no acompanhamento do desenvolvimento de crianças na Educação Infantil: um estudo em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) de João Pessoa-PB. O objetivo geral foi compreender as percepções das famílias sobre o impacto da jornada de trabalho no acompanhamento da vida escolar das crianças matriculadas na Educação Infantil na referida instituição de ensino na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo na instituição, utilizando como instrumento de coleta de dados um formulário do *Google* criado pela pesquisadora, que foi enviado para 5 famílias de uma turma do Pré I. A partir de então, juntamente com estudos, os resultados revelam as consequências da ausência familiar em decorrência do trabalho intensificado no desenvolvimento das crianças, cujos resultados incluíram falta de tempo para a família, insegurança para solicitação de folgas para acompanhar a vida escolar, recorrência ao uso de telas e crianças com comportamentos incomuns em relação aos responsáveis. Conclui-se que faz-se necessário repensar as condições do mercado de trabalho, de forma a possibilitar maior equilíbrio entre vida familiar e jornada laboral.

Palavras-chave: intensificação do trabalho; precarização do trabalho; ausência familiar; desenvolvimento; Educação Infantil.

ABSTRACT

This final thesis examines the intensification of families' involvement and its implications for monitoring the development of children in early childhood education: a study at a Municipal Early Childhood Education Center (CMEI) in João Pessoa, Paraíba. The overall objective was to understand families' perceptions of the impact of work hours on monitoring the school life of children enrolled in Early Childhood Education at the aforementioned educational institution in the city of João Pessoa, state of Paraíba. To this end, field research was conducted at the institution, using a Google form created by the researcher as a data collection tool, which was sent to five families from a Pre-K I class. Based on this, along with existing studies, the results reveal the consequences of parental absence due to intensified work on children's development, including a lack of time for family, insecurity about requesting time off to support school life, increased screen time, and children exhibiting unusual behaviors toward their caregivers. It is concluded that it is necessary to rethink labor market conditions in order to enable a better balance between family life and work hours.

Keywords: intensified work; precarious work; family absence; development; Early Childhood Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	17
----------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	33
Gráfico 2	34
Gráfico 3	35
Gráfico 4	36
Gráfico 5	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CREI – Centro de Referência da Educação Infantil

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

OCDE – Organisation for Economic Co-operation and Development

OMS – Organização Mundial da Saúde

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PISA – Programme for International Student Assessment

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

VAT – Vida Além do Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	15
2.1 INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO.....	15
2.2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	19
3 O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NO REFERENTE À EDUCAÇÃO	23
3.1 O PAPEL DA FAMÍLIA.....	23
3.2 O PAPEL DA ESCOLA: UMA REALIDADE A SER DISCUTIDA.....	25
4 EDUCAÇÃO INFANTIL.....	28
4.1 PROCESSO EDUCATIVO NOS CMEI'S DE JOÃO PESSOA.....	29
5 PERCURSO METODOLÓGICO.....	31
5.1 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS: ALGUMAS ETAPAS DA INVESTIGAÇÃO .	31
5.2 TIPOS DE PESQUISA.....	32
5.2.1 Quanto à natureza	32
5.2.2 Quanto aos objetivos	32
5.2.3 Quanto aos procedimentos técnicos	33
5.2.4 Do ponto de vista da abordagem do problema	33
5.2.5 Recorte temporal, sujeitos e locus da pesquisa	33
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	35
6.1 IMPLICAÇÕES DA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DAS FAMÍLIAS NO ACOMPANHAMENTO ESCOLAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL .	35
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

A palavra família (do latim, *familia*), sob a ótica da sociedade ocidental, refere-se a uma instituição social composta por pessoas unidas por laços biológicos, afetivos ou jurídicos, cujos membros desempenham papéis de cuidado e de desenvolvimento emocional e social de indivíduos. Segundo Lopes (2003 *apud* Angelotto *et al.*, 2015), trata-se da base para o desenvolvimento de cada ser humano, sendo que a relação da criança com ela repercute ao longo de toda a sua vida.

Ao analisar a esfera produtiva, Marx (2013) define o trabalho como um processo entre o homem e a natureza, no qual o indivíduo se apropria da matéria para utilizá-la em fins próprios, transformando-a e, simultaneamente, transformando a si mesmo. O autor destaca o trabalho como um processo em que o homem medeia e controla seu metabolismo em conjunto com a natureza (Marx, 2013).

Sob a lógica do capitalismo contemporâneo, o trabalho assume centralidade na organização da vida em sociedade, constituindo-se como principal meio de produção de bens e serviços necessários, passando a estar subordinado a dinâmicas de acumulação e produtividade excessiva. Dessa forma, encontra-se diretamente ligado às relações de intensificação e precarização, que impactam a vida dos trabalhadores.

Historicamente, até meados do século XX, o trabalho formal era estruturado no modelo do homem provedor, enquanto às mulheres era atribuída, majoritariamente, a responsabilidade do trabalho doméstico (Souza; Guarany; March, 2025). Contudo, a partir dos movimentos feministas, houve uma transformação significativa na inserção das mulheres no mundo do trabalho.

Nesse contexto, homens e mulheres passaram a compartilhar o mercado de trabalho, reconfigurando as dinâmicas domésticas. Na atualidade, o modelo de trabalho vigente estabelece jornadas de trabalho de, no mínimo, 8 horas diárias, durante 6 dias por semana, tanto para homens quanto para mulheres. Paralelamente às atividades laborais, os pais mantêm a responsabilidade de educar as crianças. Entretanto, as jornadas de trabalho cada vez mais exaustivas somadas a outras demandas têm levado à terceirização do cuidado dos filhos, tornando sua educação moral e social como responsabilidade de babás, dispositivos tecnológicos e, principalmente, da escola.

O trabalho, embora seja essencial na vida do ser humano — constituindo sua subjetividade e objetividade —, assume um caráter nocivo sob a égide do capitalismo

contemporâneo, sendo frequentemente responsável por problemas de saúde física e emocional. Souza, Guarany e March (2025) apontam algumas causas de adoecimento no mundo do trabalho, como salários baixos, excesso de horas extras não remuneradas, ausência de folgas e desvalorização do trabalhador. Nesse aspecto, Marx afirma que o capital e a lógica capitalista não demonstram a mínima consideração que seja pela saúde e prolongamento da vida do trabalhador até que sejam forçados por forças externas a tê-la (Marx, 2013).

Para tanto, a intensificação do trabalho resulta no distanciamento dos pais no convívio familiar, conforme mostram dados do PISA (2019), os quais indicam que a necessidade de trabalhar (34%) e a incompatibilidade de horários (33%) estão entre os principais fatores que dificultam a participação dos pais na vida escolar dos filhos, relatando também a insegurança em solicitar intervalo, saída antes de final do expediente ou folga para acompanhamento das atividades escolares.

Diante desse panorama, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) procura responder à seguinte indagação: de que maneira a intensificação do trabalho das famílias influencia o acompanhamento do desenvolvimento e da vida escolar de crianças matriculadas na Educação Infantil em um CMEI de João Pessoa-PB?

Para responder a essa indagação, este trabalho tem como objetivo geral compreender as percepções das famílias sobre o impacto da jornada de trabalho no acompanhamento da vida escolar das crianças. Como objetivos específicos, busca-se analisar como a intensificação do trabalho influencia a participação das famílias nas atividades educativas e refletir sobre as implicações dessas dinâmicas para o desenvolvimento infantil e para a relação entre família e escola na Educação Infantil.

A relevância dessa discussão reside no fato de que a intensificação do trabalho tem produzido o adoecimento dos pais, afastando-os do convívio familiar, do acompanhamento da educação dos filhos, o que contribui para a transferência dessa responsabilidade à escola e para a redução do tempo de qualidade em família.

O interesse pela pesquisa surgiu a partir da experiência vivenciada pela pesquisadora durante o Estágio Supervisionado II - Magistério da Educação Infantil, no quinto período do curso de Pedagogia no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em uma instituição de ensino na cidade de João Pessoa no estado da Paraíba, na qual foi possível observar situações recorrentes relacionadas à ausência familiar no cotidiano escolar.

Ademais, após cursar a disciplina de Educação e Trabalho, no terceiro período do referido curso, e realizar uma entrevista sobre a precarização do trabalho com um trabalhador de um novo ramo informal, a pesquisadora compromete-se ainda mais com a temática, com a

expectativa de que, ao identificar as consequências desse processo na vida das crianças e da escola, possa contribuir para encontrar possíveis alternativas para o problema.

Esta pesquisa aborda os conceitos de intensificação e precarização do trabalho, discute o papel da família e da escola, apresenta os resultados da investigação e analisa os impactos dessas dinâmicas no desenvolvimento infantil.

2 INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

2.1 INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

O conceito de intensificação refere-se ao aumento constante do ritmo de trabalho e da exigência de produtividade dos trabalhadores, o que, por sua vez, leva à sobrecarga. Esse processo ocorre por meio de metas muitas vezes inatingíveis, cobranças abusivas por desempenho, assédio moral e humilhações por parte de supervisores e superiores.

Como destaca Antunes (2018), trata-se de um fenômeno marcado pela ampliação da exploração da força de trabalho, geralmente associado a metas inalcançáveis, cobranças por desempenho, humilhação e assédio moral. O autor afirma:

Estamos presenciando uma nova morfologia do trabalho, marcada pela ampliação da precarização e pela intensificação das formas de exploração da força de trabalho (Antunes, 2018, p. 34).

Como forma de exemplificar esse cenário, um estudo realizado por Lira, Gurgel e Amaral (2025) analisou a extensão da jornada e o ritmo acelerado nas indústrias têxteis, nas quais o pagamento por peça incentiva a superexploração e impacta negativamente a saúde física e psicológica dos trabalhadores.

Nesse sentido, a intensificação do trabalho está diretamente relacionada ao processo de precarização, caracterizado pela redução sistemática da estabilidade e da proteção do trabalhador, resultando em condições laborais insalubres, contratos instáveis, baixos salários e jornadas exaustivas, típicas do modelo capitalista contemporâneo. De acordo com Marx (2013), o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo necessário para a produção dos meios de subsistência, sendo essencial para a manutenção do trabalhador. O autor destaca que:

Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor [...] O valor da força de trabalho se reduz ao valor de uma quantidade determinada de meios de subsistência e varia [...] de acordo com a magnitude do tempo de trabalho requerido para sua produção (Marx, 2013, p. 317-318).

Nesse contexto, a valorização da força de trabalho acaba sendo associada a benefícios adicionais ao salário, como vale-alimentação e vale-transporte, que, muitas vezes, são oferecidos com descontos salariais. Segundo Han (2017), o modelo contemporâneo de trabalho favorece a autoexploração, uma vez que o trabalhador passa a internalizar as exigências produtivas, acreditando estar exercendo liberdade, quando, na realidade, está submetido a um

sistema que intensifica sua própria exploração. Além disso, a mídia e o próprio mercado de trabalho contribuem para a construção de uma visão romantizada da produtividade, fazendo com que o trabalhador associe o adoecimento mental ao sucesso profissional.

Diante desse cenário, o campo cultural denuncia, em formato de representações fictícias, a realidade laboral, como é possível observar na obra *Tempos Modernos* — de produção e direção por Charlie Chaplin —, que ilustra de forma crítica e bem-humorada as consequências da intensificação do trabalho durante a Revolução Industrial, evidenciando a repetição mecânica de tarefas e a alienação do trabalhador. O personagem principal, vivenciado pelo próprio diretor, realiza tarefas repetidas tantas vezes em uma dinâmica, visando a superprodução, que, ao fim da jornada, continua repetindo os movimentos realizados no trabalho. Nesse sentido, Dal Rosso (2008, p.23) confere ao processo de intensificação do trabalho o aumento do “[...] dispêndio de energia física, intelectual e emocional do trabalhador no processo de trabalho”.

Nesse contexto, referente à luta por melhorias das condições trabalhistas, Machado (2025) cita o movimento intitulado “Vida Além do Trabalho” (VAT), que atualmente se encontra em debate na câmara legislativa, por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8/2025, que propõe a instituição de jornada máxima de 36 horas semanais sem redução salarial, em contraponto a atual escala 6x1 - 6 dias da semana trabalhando 8 horas por dia, normalmente com 1 hora de intervalo para o almoço, em alguns casos raros 2 horas e 1 dia da semana de folga -, objetivando mais disponibilidade de tempo fora do trabalho para o proletariado.

Compreende-se que, segundo Souza, Guarany e March (2025), para uma vida digna, o trabalhador deveria ser capaz de ter mais tempo para dedicar à família, cultura, saúde, descanso, lazer ou até mesmo à simplesmente procrastinação, ao invés de um trabalho que lhe tome todo o tempo registrado e, em alguns casos, tempo não registrado, caso das famosas horas extras que vão para um banco de horas as quais, em tese, poderão servir para uma folga ocasional, mas que, na realidade, o trabalhador nunca consegue utilizá-las.

No que se refere à participação dos pais no cotidiano escolar das crianças, essa mudança poderia possibilitar o maior envolvimento deles nas atividades escolares, como auxílio nas tarefas, participação em reuniões e presença em eventos escolares. Nessa perspectiva, pesquisas recentes, como as indicadas no quadro 1, indicam que o envolvimento familiar está diretamente relacionado ao desempenho acadêmico e ao desenvolvimento infantil, evidenciando a importância da participação dos pais na trajetória escolar dos filhos. Entretanto, como apontado pela OCDE (2019), o Brasil apresenta baixos índices de participação parental nas atividades

escolares, o que pode estar relacionado às condições socioeconômicas e à intensificação do trabalho, como indicado no quadro abaixo.

Quadro 1 – Pesquisas recentes sobre envolvimento familiar e desempenho escolar
(2019–2024)

Autor / Instituição / Ano	Tipo de estudo	Amostra	Principais resultados
Programme for International Student Assessment – PISA / OCDE (2019)	Avaliação internacional da educação	Estudantes de diversos países, incluindo o Brasil	O estudo mostrou que estudantes cujos pais se envolvem em sua educação apresentam média de desempenho mais alta em ciências do que aqueles sem acompanhamento familiar.
Organisation for Economic Co-operation and Development (2019)	Estudo comparativo internacional	49 países	O Brasil ocupa a 24ª posição entre 49 países em participação parental nas atividades escolares dos filhos, indicando espaço para ampliar o envolvimento das famílias.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023)	Pesquisa nacional sobre educação infantil	Crianças de 0 a 5 anos	A frequência escolar de crianças de 4 a 5 anos chegou a 93,4%, mostrando avanço no acesso à escola e enfatizando a importância do acompanhamento familiar para permanência escolar.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PNAD Educação (2024)	Pesquisa nacional sobre educação	Crianças e adolescentes brasileiros	A frequência escolar chegou a 99,4% entre crianças de 6 a 14 anos, indicando que fatores sociais e familiares influenciam a permanência na escola.
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Censo Escolar (2024)	Análise longitudinal da educação básica	Estudantes brasileiros	Apenas 52% dos estudantes concluem o ensino fundamental na idade correta, mostrando que fatores familiares e sociais são relevantes para a trajetória escolar.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do PISA (2019), IBGE (2023; 2024) e INEP (2024).

Nessa perspectiva, ao analisar os dados citados, observa-se que a parceria entre escola e família possibilita, à criança, desenvolver suas potencialidades em um ambiente escolar acolhedor, afetivo e inclusivo, de modo que os pais efetivem influência positiva no tocante às demandas escolares. Conforme Wallon (1975), é evidente a importância do meio para o desenvolvimento pleno, com destaque para a influência da afetividade, por meio da qual a criança se relaciona com o mundo e constrói seu conhecimento.

Ademais, ao aprofundar a perspectiva de Henri Wallon (1975), é possível compreender o desenvolvimento infantil como dinâmico, ocorrendo a partir da relação entre aspectos biológicos e sociais. Dessa forma, entende-se que a criança não se desenvolve de maneira isolada, mas sim através das interações estabelecidas com o meio no qual está inserida, em especial, com a família e a escola.

Assim, a articulação entre essas duas instâncias contribui para a formação de vínculos afetivos seguros, fundamentais tanto para o desenvolvimento da personalidade quanto para o processo de aprendizagem. Nesse sentido, considerando a afetividade como elemento central no desenvolvimento, é perceptível que as práticas pedagógicas que valorizam o acolhimento, o diálogo e a participação da família tendem a favorecer o desenvolvimento integral da criança.

Entretanto, como supracitado no estudo acima da OCDE (2019), o Brasil apresenta baixos índices de participação parental nas escolas, o que pode estar relacionado às condições socioeconômicas e à intensificação do trabalho. Diante desse cenário, questiona-se: como os pais podem participar efetivamente da vida escolar dos filhos se não dispõem de tempo devido às exigências do trabalho?

2.2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Desde o século XIX, a classe trabalhadora luta pela regulamentação do trabalho formal, buscando melhores condições de trabalho e redução da jornada laboral (Souza; Guarany; March, 2025). Em contrapartida, os empregadores frequentemente adotam estratégias para aumentar a produtividade, como a ampliação da jornada e a intensificação do ritmo de trabalho.

Com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei nº 5.452, foram estabelecidos direitos fundamentais, como férias remuneradas, descanso semanal, jornada de 8 horas diárias e salário mínimo. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 fixou a jornada semanal em 44 horas.

No entanto, ao longo dos anos, esses direitos passaram por diversas alterações, especialmente com a Reforma Trabalhista de 2017, que flexibilizou aspectos importantes da legislação, como o intervalo intrajornada, que passou a ser negociado entre empregador e empregado. Além disso, o tempo de deslocamento deixou de ser contabilizado como parte da jornada de trabalho, evidenciando uma tendência de redução de direitos trabalhistas.

Nesse contexto, Han (2017) discute o adoecimento mental em decorrência das condições de trabalho no século XXI, destacando fenômenos como a Síndrome de Burnout, caracterizada pelo esgotamento físico e emocional.

Na contemporaneidade, Antunes (2018) também analisa novas formas de trabalho, como os contratos de zero hora, nos quais o trabalhador não possui garantia de jornada mínima, estando sempre disponível para atender demandas, o que intensifica a insegurança e a instabilidade. De acordo com Marx (2013), o sistema capitalista tende a prolongar a jornada de trabalho, reduzindo o tempo de vida do trabalhador, ao priorizar a produção e o lucro em detrimento do bem-estar humano.

Nesse sentido, a produção capitalista produz o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a debilitação da força humana de trabalho, que se vê roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atuação. Dessa forma, produz o esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho, pois prolonga o tempo de produção do trabalhador durante certo período, mediante o encurtamento de seu tempo de vida.

No contexto brasileiro, observa-se a expansão do trabalho informal, especialmente entre motoristas e entregadores de aplicativos — atualmente cerca de 38,9 milhões no Brasil (Lima, 2025) —, que enfrentam jornadas extensas e condições precárias, muitas vezes sem acesso a direitos básicos. Essa realidade mostra como o trabalho ocupa grande parte do tempo dos

trabalhadores, interferindo diretamente em sua qualidade de vida e também nas relações familiares.

Nesse sentido, essa mesma realidade também aparece no campo cultural, em músicas como “Rodo Cotidiano”, do grupo O Rappa, as quais expressam a exaustão do trabalhador e as dificuldades enfrentadas no cotidiano, evidenciando a invisibilização da vida para além do trabalho, conforme é perceptível no trecho: “Era o rodo cotidiano [...] na mochila amassada, uma quentinha abafada [...]” (O RAPP, 2003). O trecho demonstra não só o cansaço físico e mental, mas também as dificuldades do dia a dia, como o deslocamento.

Em outro momento, o eu lírico afirma que é apenas mais um na “minhoca de metal que corta as ruas” (O RAPP, 2003), reforçando o sentimento de invisibilidade mediante a rotina acelerada discutida na Sociedade do Cansaço (Han, 2017), que leva à exploração autointernalizada. Essa ideia se aproxima do que Karl Marx discute sobre o trabalho ocupar um lugar central na vida das pessoas, e também do que Ricardo Antunes aponta sobre jornadas extensas e trabalho precário.

Além disso, quando a música troca “quentinha” por “vidinha”, ela mostra como a vida acaba sendo reduzida ao trabalho, bem como já acentuado por Antunes, que afirma que em situações onde a “vida humana se resume exclusivamente ao trabalho [...] ela se converte em um mundo penoso, alienante, aprisionado e unilateralizado” (2018, p.26). O autor ainda indica que o maior desafio para o conturbado século XXI é tornar a vida fora do trabalho também dotada de sentido (Antunes, 2018).

Retornando ao cenário brasileiro no que tange às leis trabalhistas, pode-se falar sobre a necessidade de discutir acerca dos direitos às mulheres trabalhadoras, como a licença-maternidade remunerada de 120 dias, assegurada pelo Art. 392 da Lei nº 5. 452 e recentemente acrescido pelo §7 na Lei nº 15.222 de 29 de setembro de 2025

Em caso de internação hospitalar que supere o prazo de 2 (duas) semanas previsto no 2 deste artigo, desde que comprovado o nexo com o parto, a licença-maternidade poderá se estender em até 120 (cento e vinte) dias após a alta da mãe e do recém-nascido, descontado o tempo de repouso anterior ao parto (Brasil, 2025, p. 02).

Também, o Art. 71 da Lei nº 8. 213, de 24 de julho de 1991, foi acrescido do §3, que afirma que

Na hipótese de internação hospitalar da segurada ou do recém-nascido que supere o prazo de 2 (duas) semanas, em decorrência de complicações médicas relacionadas ao parto, o salário-maternidade será devido durante o período de internação e por mais 120 (cento e vinte) dias após a alta, descontado o tempo de recebimento do benefício anterior ao part. (Brasil, 2025, p. 02)

É possível perceber que, embora assegure o direito da mulher gestante de se ausentar das suas obrigações laborais de forma remunerada, sob a ótica da saúde e do cuidado familiar, a lei ainda necessita ser revista, visto que, de acordo com a recomendação da OMS, a amamentação deve ser realizada de forma exclusiva nos primeiros 6 meses de vida, sem quaisquer outros líquidos ou alimentos, exceto para casos de recomendação médica, e continuada até os 2 anos ou mais, acompanhada de alimentos complementares.

Ou seja, nota-se já a interferência do trabalho para o cotidiano familiar, pois como uma mulher da classe trabalhadora, ao se tornar mãe, pode seguir as recomendações da saúde de amamentar exclusivamente seu bebê até os 6 meses, se o período de tempo lhe reservado para a maternidade é de apenas 4 meses?.

Nesse cenário, ao retornar da licença maternidade, as mulheres se veem obrigadas a introduzir fórmulas alimentares para substituir o leite materno e, na maioria das vezes, deixar os filhos em creches ou berçários enquanto cumprem a jornada diária. Além disso, na tentativa de continuar a amamentar no turno da noite, devido ao tempo distante, o leite acaba por secar, interrompendo o vínculo entre mãe e filho.

Nesse sentido, Freud (1892-1899/1996) descreve o vínculo mãe-bebê como fundamental para uma constituição saudável, pontuando que os cuidados maternos e a atenção dispensada pela mãe (ou seu substituto) ao bebê são responsáveis por organizar sua vida mental. Diante disso, Winnicott (1982) acentua que o bebê até os dois anos de idade é tão dependente e necessitado de cuidados que não deveria ficar distante da mãe por mais de doze horas consecutivas, compreendendo que ultrapassar esse tempo pode ocasionar traumas ao bebê e marcá-lo permanentemente.

Em suma, compreende-se que a insegurança trabalhista obriga o trabalhador a intensificar o ritmo produtivo, principalmente em casos de remuneração por produção (caso das indústrias têxteis e trabalhos informais), o que leva ao aumento de riscos, pois o próprio se vê obrigado a aceitar condições precárias para uma suposta recompensa, sacrificando seu tempo em família e a própria integridade.

3 O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NO REFERENTE À EDUCAÇÃO

3.1 O PAPEL DA FAMÍLIA

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em seu Art. 205, estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade¹. Nesses termos, Estado, família e sociedade devem trabalhar em conjunto na promoção da educação.

Em consonância com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu Art. 6º, determina que: “[...] é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade”. Entretanto, essa articulação entre família, Estado e sociedade nem sempre ocorre de forma efetiva. Em um contexto no qual as famílias se encontram sobrecarregadas pelas demandas do trabalho, registra-se a transferência de responsabilidades educativas para a escola.

Essa situação compromete não apenas o desenvolvimento das crianças, mas também a efetividade das políticas públicas educacionais. Nesse sentido, Wagner, Vieira e Maciel (2017) destacam a importância do papel da família no desenvolvimento integral da criança, afirmando que:

A família é indispensável e sua ausência, negligência ou indulgência serão sentidas pela criança. Se a família estiver com problemas e dificuldades para assumir os cuidados da criança, manifestará na escola o sintoma da desorganização familiar. (Wagner; Vieira; Maciel, 2017, p. 79).

Além disso, Ávila, Oliveira e Silva (2015) ressaltam que o convívio familiar constitui o primeiro espaço de socialização da criança, sendo responsável pela transmissão de valores, hábitos e comportamentos, bem como pelo desenvolvimento emocional e pela construção da identidade. Dessa forma, escola e família devem atuar de maneira corresponsável no processo educativo, uma vez que o envolvimento familiar fortalece a aprendizagem e contribui para o desenvolvimento integral da criança.

Nesse contexto, Silva (2019, p. 29) afirma que “[...] sem a família não há a eficácia da escola”, destacando que a ausência da participação familiar compromete o processo educativo.

¹ Embora a Constituição Federal de 1988, garanta, em seu Art. 205, a educação como dever do Estado em primeiro lugar, gerando a obrigação do próprio em promovê-la, a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96), em seu Art. 2, garante a educação como dever primeiramente da família e só após do Estado, no que remove a responsabilidade do Estado de promover o acesso à educação, justificando que ela começa na família.

A autora enfatiza ainda que valores como respeito, convivência coletiva e formação ética devem ser construídos inicialmente no ambiente familiar.

Nesse sentido, a autora chama atenção para o fato de que, embora a escola seja espaço essencial de socialização e aprendizado, “[...] a mais íntima forma de entender os conceitos de vivência coletiva, a ideia de respeito e valores iniciais [...] deve ou ao menos deveria começar a acontecer dentro da convivência domiciliar” (Silva, 2019, p. 7).

No contexto contemporâneo, marcado pelo cenário da intensificação do trabalho, as tecnologias digitais passaram a ocupar um espaço significativo na dinâmica familiar. Segundo Han (2017), a sociedade atual caracteriza-se pelo excesso de estímulos e pela constante sensação de urgência. Paralelamente, com a expansão crescente das tecnologias digitais, as fronteiras entre trabalho e vida pessoal tornam-se cada vez mais tênues, fazendo com que o tempo destinado à convivência familiar seja frequentemente reduzido.

Nesse cenário, o uso de dispositivos digitais por crianças torna-se cada vez mais comum. Entretanto, organismos como a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2024) recomendam que o uso de telas seja limitado e supervisionado por adultos. Da mesma forma, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) orienta restrições ao tempo de exposição de crianças pequenas às telas, devido aos possíveis impactos no desenvolvimento.

À luz do estudo de Villarroel e Okuyama (2025), torna-se possível indicar que “a exposição prolongada a telas está associada a prejuízos na atenção, na linguagem e nas funções executivas” (2025, p. 1), no que evidencia impactos prejudiciais em aspectos cognitivos, como atenção e linguagem, além de comprometer o desenvolvimento socioemocional.

Os autores ressaltam, sob a perspectiva da Epistemologia Genética de Jean Piaget, o desenvolvimento cognitivo como dependente da interação ativa com o meio, o que reforça a importância de experiências concretas e relações interpessoais na infância. Além disso, os autores apontam que “a substituição de interações presenciais por experiências digitais pode comprometer o desenvolvimento da empatia, da regulação emocional e das habilidades sociais” (Villarroel; Okuyama, 2025, p. 1).

Entretanto, a sobrecarga de trabalho e o tempo residual para interações e cuidados familiares, desencadeou o uso excessivo de telas por parte da maioria das crianças, pois os pais se sentem culpados por trabalhar demais e acabam por sentir receio de dizer “não” aos seus filhos, acreditando que assim compensarão pela ausência frequente. Dessa forma, é indispensável a discussão acerca das jornadas de trabalho, visto que a atual constante presença de telas na infância não deve ser analisada apenas como uma escolha individual das famílias, mas também como reflexo das condições sociais e das exigências do trabalho contemporâneo.

3.2 O PAPEL DA ESCOLA: UMA REALIDADE A SER DISCUTIDA

Nas sociedades primitivas, a educação ocorria de forma espontânea, coletiva e igualitária, sendo transmitida por meio da convivência social, sem a existência de instituições formais de ensino. Com o surgimento da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes, a educação também se transforma, passando a ser controlada pela classe dominante, que a utiliza como instrumento de manutenção das desigualdades sociais (Oliveira *et al.*, s.d.).

No contexto da contemporaneidade, sob a lógica do capitalismo, a educação muitas vezes assume a função de preparar os indivíduos para o mercado de trabalho, atendendo às demandas do sistema produtivo. Entretanto, segundo Oliveira *et al.* (s.d.), a educação deve ir além da formação para o trabalho, promovendo o desenvolvimento integral do ser humano, contemplando aspectos físicos, sociais, culturais, políticos, afetivos e intelectuais. Nesse sentido, a escola configura-se como um espaço de convivência, socialização e construção coletiva do conhecimento, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes.

Com as transformações sociais do século XX, como a inserção da mulher no mercado de trabalho e a redução do tamanho das famílias, intensifica-se a necessidade de compartilhamento dos cuidados infantis. Wagner, Vieira e Maciel (2017) destacam que esse processo gera maior demanda por apoio externo, como escolas e creches, ampliando o papel dessas instituições para além do ensino, incluindo também funções de cuidado e socialização.

No entanto, para Silva (2024), a escola está assumindo responsabilidades que não lhe são próprias, como a formação moral e social das crianças, funções essas que deveriam ser compartilhadas com a família. Essa sobrecarga impacta diretamente o trabalho dos profissionais da educação, que passam a lidar com demandas que extrapolam o âmbito pedagógico.

Um exemplo recente desse cenário no estado da Paraíba é a criação de creches noturnas, como a iniciativa no município de Bayeux, que busca atender às famílias que trabalham no período noturno. Embora essa política represente um avanço no apoio às famílias, também evidencia a intensificação das demandas sobre as instituições educativas.

Diante desse cenário, observa-se uma contradição no papel da escola, que, ao mesmo tempo em que deve promover a formação crítica dos sujeitos, também vem sendo demandada a suprir necessidades sociais que vão além de sua função pedagógica, impactando diretamente na relação entre família e escola, visto que, diante das exigências do mundo do trabalho, muitas famílias encontram dificuldades para acompanhar a vida escolar dos filhos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a educação é dever da família e do Estado, devendo ocorrer de forma conjunta. No entanto, na

prática, observa-se um desequilíbrio nessa relação, na qual a escola acaba assumindo responsabilidades que deveriam ser compartilhadas, de forma que a realidade contemporânea se relaciona diretamente com as transformações no mundo do trabalho discutidas anteriormente, pois as longas jornadas e a precarização do trabalho reduzem o tempo disponível das famílias.

Além disso, essa sobrecarga atribuída à escola pode comprometer a qualidade do processo educativo, uma vez que os profissionais da educação passam a dividir sua atuação entre funções pedagógicas e demandas sociais diversas, podendo dificultar o desenvolvimento de práticas educativas mais consistentes, voltadas para a formação crítica dos alunos.

Nesse contexto, é importante considerar que a escola, embora desempenhe um papel fundamental na formação das crianças, não deve ser vista como a única responsável por esse processo, uma vez que a centralização dessas funções na instituição escolar resulta no reforçamento de uma lógica de transferência de responsabilidades, em que a família e o Estado acabam se distanciando de suas atribuições específicas.

Essa situação evidencia a necessidade de fortalecimento da relação entre família e escola, de modo que ambas possam atuar de forma complementar no desenvolvimento infantil, pois, em conformidade com dados apresentados anteriormente, o envolvimento familiar na vida escolar das crianças contribui não apenas para o desempenho acadêmico, mas também para aspectos sociais e emocionais, sendo de suma importância para uma formação mais completa. No entanto, as condições impostas pelo mundo do trabalho e seus desdobramentos – como a falta de tempo, cansaço e impaciência – dificultam esse envolvimento, reforçando a importância de políticas públicas que considerem a realidade das famílias e promovam estratégias que favoreçam essa aproximação.

Diante disso, percebe-se que o papel da escola na contemporaneidade tem se ampliado significativamente, deixando de restringir-se à função pedagógica e passando a incorporar demandas sociais e familiares. Embora essa ampliação seja uma representação, em certa medida, de uma resposta às transformações da sociedade, ela também revela um processo de sobrecarga da instituição escolar, de forma que se torna evidente que a escola não pode ser responsabilizada de forma isolada pelo desenvolvimento integral das crianças.

Assim, é fundamental compreender que a efetivação de uma educação de qualidade exige não apenas o fortalecimento do papel da escola, mas também a valorização da participação familiar e a implementação de políticas públicas que possibilitem essa articulação. Dessa forma, a construção de uma educação mais justa e eficaz depende, necessariamente, do equilíbrio entre as responsabilidades dessas diferentes instâncias sociais.

4 EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), essa etapa deve assegurar condições para que as crianças aprendam por meio de interações e brincadeiras, elementos fundamentais para o desenvolvimento na infância. Nesse contexto, o desenvolvimento infantil deve ser compreendido como um processo dinâmico, contínuo e influenciado pelas relações sociais e pelo meio em que a criança está inserida.

Ademais, o sujeito central da etapa da educação infantil é a própria criança, a qual é caracterizada nas DCNEIs como um sujeito histórico e de direitos que aprende a construir sua identidade sociocultural, pessoal e coletiva por intermédio das vivências, brincadeiras e interações, que permitem a experimentação de diversos aspectos, como questionar, imaginar, narrar, observar, entre outros. Segundo Jean Piaget, o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação entre o sujeito e o ambiente, sendo fundamental a participação ativa da criança na construção do conhecimento. Dessa forma, a criança aprende e produz cultura sobre a natureza e sociedade (Brasil, 2010, p.12).

Da mesma maneira, Lev Vygotsky enfatiza a importância das relações sociais e da mediação no processo de aprendizagem, destacando o papel do outro no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Para ele, a brincadeira é essencial para o desenvolvimento infantil, pois permite a “criação das intenções voluntárias e a formação dos planos da vida real” (Vygotsky, 1989, p. 117). Além disso, a brincadeira envolve regras e imaginação, pois “toda situação imaginária contém regras” (Vygotsky, 1989, p. 109), por meio da qual contribui para o desenvolvimento cognitivo e social da criança.

Dessa maneira, tanto a família quanto a escola desempenham papéis essenciais no desenvolvimento infantil, sendo necessário que atuem de forma integrada. Entretanto, no contexto da intensificação do trabalho, observa-se a redução do tempo de convivência familiar, o que pode impactar negativamente o desenvolvimento das crianças, especialmente no que se refere aos aspectos emocionais e sociais.

Além disso, o uso excessivo de dispositivos eletrônicos, muitas vezes associado à ausência dos responsáveis, pode comprometer o desenvolvimento da linguagem, da atenção e

das habilidades sociais. Portanto, é fundamental que a Educação Infantil seja compreendida não apenas como um espaço de cuidado, mas também como um ambiente de promoção do desenvolvimento integral da criança, em articulação com a família.

4.1 PROCESSO EDUCATIVO NOS CMEI'S DE JOÃO PESSOA

A educação Infantil, no contexto brasileiro, é um direito, o qual é ilustrado em diversos marcos normativos. Especificamente na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba — recorte deste TCC — destaca-se a Lei Orgânica, por intermédio do Art. 195, o qual promulga que:

É dever do município garantir o atendimento das crianças de zero a seis anos de idade, em creches, pré-escolas, nos locais de moradia. [...] Parágrafo Único - Entende-se por creches um equipamento social com função educacional e de guarda, assistência, alimentação, saúde, higiene, atendida por equipes de formação interdisciplinar. (João Pessoa, 1990, s.p.)

Para o devido cumprimento da legislação e atendimento das demandas, com a Resolução SEC nº 9 de 18/05/2010, foram regulamentados os Centros Municipais de Educação Infantil, inicialmente chamados de Centro de Referência de Educação Infantil que atualmente ainda mantém a nomenclatura em algumas localidades, conforme o Art. 4º: “A educação infantil será oferecida em: I - Creches, Centro de Referência em Educação Infantil - CREIs ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - Pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos” (João Pessoa, 2010).

Essas instituições deveriam atender a faixa etária de creche até a pré-escola, funcionando em horário integral das sete da manhã até às dezesseis e trinta da tarde, ofertando as três refeições principais de café da manhã, almoço e janta e dois lanches, um pela manhã e outro pela tarde, além cuidados fisiológicos (sono e higiene). Dessa forma, é estabelecido o funcionamento do CMEI como equipamento social integrado, com funções que vão além do ensino formal, incluindo a atenção à saúde, aos cuidados básicos e à formação inicial dos pequenos — tudo isso garantido como uma política pública municipal.

Para as massas populares, sua função a caracteriza como uma instituição de caráter assistencialista para as famílias que trabalham muito e não têm com quem deixar suas crianças, um lugar que funciona como “depósito de crianças” as quais passariam o dia apenas brincando e sendo cuidadas. Contudo, experiências com as práticas das educadoras atuantes de um CMEI da cidade de João Pessoa e a escuta de outras vivências em momentos de socialização sobre diversos CMEIs desmentem essa crença popular. O pedagógico é trabalhado em ambos os

horários, com bastante estímulos para a independência e a autonomia, ao mesmo tempo em que o afeto está presente.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

No que tange à metodologia, este trabalho fundamenta-se no método de abordagem qualitativa. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, das motivações, das crenças e dos valores, aspectos estes que não podem ser reduzidos a quantificação e permitem analisar profundamente fenômenos complexos inseridos em contextos históricos e sociais específicos.

Dessa forma, esta abordagem possibilita a interpretação crítica das relações sociais que atravessam o objeto investigado, sendo, portanto, adequada à compreensão da articulação entre trabalho, família e desenvolvimento infantil no contexto educacional.

5.1 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS: ALGUMAS ETAPAS DA INVESTIGAÇÃO

A investigação foi desenvolvida por etapas. Inicialmente, a pesquisadora realizou a delimitação da problemática e a definição dos objetivos da pesquisa, com base nas inquietações surgidas durante a vivência da própria no Estágio Supervisionado II na Educação Infantil e na disciplina de Educação e Trabalho, ambas vinculadas ao curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Na segunda etapa, procedeu-se à revisão de literatura, por meio de pesquisas no portal de periódicos do CAPES e no Repositório Institucional da UFPB, com os descritores “intensificação do trabalho e educação”, “ausência familiar e educação” e “terceirização e educação”, durante o mês de agosto do ano de 2025. Com o primeiro descritor, foram encontrados 534 resultados no CAPES e 974 resultados no Repositório, diminuindo para 284 no CAPES ao adicionar o filtro “revisado por pares”. Com o segundo descritor, foram 4.491 resultados já com o filtro “TCC” no Repositório, e 294 no CAPES, caindo para 123 com o filtro “revisado por pares”. Por fim, com o terceiro descritor, foram 354 resultados já com os filtros.

Inicialmente, procedeu-se à leitura dos títulos das produções encontradas, sendo selecionados 15 trabalhos cujos títulos abordavam a temática. Posteriormente, realizou-se a leitura dos resumos e introduções, reduzindo-se o quantitativo para 2 produções, de todos os descritores, que dialogavam diretamente com o objeto de estudo deste trabalho. Após, a pesquisadora realizou buscas na plataforma Scielo, com os descritores “uso de telas na infância” e “tecnologias digitais no cotidiano familiar”, e selecionou 3 produções, dentro delas, sites e folhetos utilizados como referência, como o CNN Brasil, a Organização Mundial da Saúde e a Sociedade Brasileira de Pediatria.

Na etapa seguinte, a pesquisadora elaborou o instrumento para coleta de dados - um questionário na plataforma *Google Forms* – com o tema “trabalho, tempo e vida familiar”, organizado em cinco blocos: Bloco 1 – Perfil do Respondente; Bloco 2 – Trabalho e jornada; Bloco 3 – Deslocamento; Bloco 4 – Rotina familiar e tempo com a criança e Bloco 5 – Impactos percebidos.

Por fim, a pesquisadora realizou a aplicação do formulário, que foi disponibilizado às famílias da turma de referência da instituição em questão, por Whatsapp, através da educadora regente da turma, juntamente com o Termo de Consentimento, mesmo para aquelas que escolherem permanecer anônimas. Logo em seguida, a pesquisadora iniciou a organização, sistematização e análise interpretativa dos dados, articulando-os ao referencial teórico.

5.2 TIPOS DE PESQUISA

5.2.1 Quanto à natureza

Trata-se de uma pesquisa pura, uma vez que busca produzir conhecimento teórico, sem necessariamente propor uma solução prática aplicável, buscando compreender um fenômeno e, nesse sentido, contribuir para reflexões acerca das implicações da intensificação do trabalho nas dinâmicas familiares e no desenvolvimento infantil.

5.2.2 Quanto aos objetivos

Trata-se de pesquisa exploratória e descritiva, uma vez que busca proporcionar maior familiaridade com um fenômeno da contemporaneidade que ainda é pouco falado no contexto analisado e pretende identificar e descrever as percepções das famílias acerca das implicações da intensificação do trabalho sobre o acompanhamento no desenvolvimento das crianças da Educação Infantil.

5.2.3 Quanto aos procedimentos técnicos

No tocante aos procedimentos técnicos, foi realizada a pesquisa bibliográfica e de campo, a primeira possibilitando a construção do referencial teórico e a segunda, conforme Lakatos e Marconi (2010), consistindo na coleta de dados diretamente no local onde ocorreram os fenômenos de inspiração para construção deste trabalho.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário estruturado, aplicado a 5 famílias de uma turma de 14 estudantes do Pré I de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), localizado na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba.

5.2.4 Do ponto de vista da abordagem do problema

O estudo é qualitativo, não orientado pela quantificação estatística dos dados, mas sim pela percepção dos sujeitos e interpretação das falas, buscando compreender as relações subjetivas entrelaçadas ao fenômeno estudado.

A análise de dados foi realizada de forma interpretativa pela pesquisadora, à luz da fundamentação teórica, principalmente das discussões de Antunes (2018), Han (2017), Marx (2013) e Bowlby (1989), considerando contextos sociais, econômicos e educacionais nos quais os sujeitos estão inseridos. No momento de recebimento das respostas, a pesquisadora realizou a leitura de todas, no entanto, ao analisar as perguntas específicas sobre o trabalho e suas implicações, foram levadas em consideração apenas as respostas referentes àqueles atualmente empregados.

5.2.5 Recorte temporal, sujeitos e *locus* da pesquisa

O estudo foi realizado no ano de 2026, em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) localizado na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba. Os sujeitos foram 5 pais ou responsáveis legais de crianças de baixa renda, matriculadas em uma turma de Pré I da referida instituição, com a exceção de apenas uma família que, possuindo duas crianças de idade e turma diferentes, perguntou se poderia responder duas vezes, o que foi concedido. A participação ocorreu de forma totalmente voluntária, mediante envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo anonimato e confidencialidade das informações.

O *locus* da pesquisa foi delimitado a 5 famílias de uma única turma da instituição devido a indisponibilidade de tempo de boa parte dos sujeitos, dessa forma, trata-se de um recorte específico de uma realidade social, que não pretende generalizar os resultados, mas contribuir potencialmente para reflexões mais amplas. Acerca dos critérios para selecionar os sujeitos, a seleção das famílias ocorreu com o apoio da professora regente da turma, que indicou responsáveis com disponibilidade para responder ao formulário.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 IMPLICAÇÕES DA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DAS FAMÍLIAS NO ACOMPANHAMENTO ESCOLAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

No tocante ao impacto, Dal Rosso (2008) afirma que a intensificação do trabalho rouba do trabalhador a possibilidade de viver plenamente o tempo livre, restringindo sua participação na vida social e familiar, pois, nesse contexto, o trabalhador está preocupado sempre em prover o sustento da casa e família e acaba se inviabilizando enquanto ser humano.

Como representação na mídia, pode-se citar a série televisiva “Todo Mundo Odeia o Chris”, em que o pai da família assume a responsabilidade pelo sustento do lar e, para isso, trabalha em mais de um emprego. Essa situação evidencia como as exigências do trabalho interferem diretamente na dinâmica familiar, o que, compreendido a partir das discussões de Ricardo Antunes, aponta para a intensificação e precarização do trabalho, resultando em jornadas extensas e na redução do tempo disponível para a convivência familiar. Dessa forma, possibilita entender por que, muitas vezes, os pais não conseguem participar ativamente da vida escolar dos filhos, não por falta de interesse, mas por falta de tempo.

Na série citada, apenas a figura paterna trabalha, mas, na realidade da maioria dos lares, as mulheres também trabalham. No caso das mães solo, que são a principal fonte provedora do sustento da casa, tais mulheres são ainda mais sobrecarregadas, pois, mesmo na contemporaneidade, ainda são responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado, até quando possuem trabalhos formais (IPEA, 2021).

Segundo a Fundacentro (GOV.BR, 2017), os casos de adoecimento mental e físico em decorrência da intensificação do trabalho repercutem na vida familiar e consequentemente na vida escolar dos filhos. Uma vez que as famílias doentes não possuem tempo de qualidade juntos, acabam terceirizando a educação dos filhos e deixando de lado, mesmo que contra a própria vontade, a participação em atividades escolares, sem conseguir sequer demonstrar interesse nas mesmas, visto que estão o tempo todo cansados.

Nesse sentido, Silva (2024, p. 12) afirma que a ausência de participação da família nas atividades escolares demonstra para a criança que a escola não tem importância, pois:

É de fundamental importância que os pais acompanhem a vida escolar de seus filhos, não deixando a responsabilidade só para a escola. A tarefa de educar é de ambas as partes, de maneira que a omissão da família traz danos para a vida toda (Ramos, 2016 *apud* Silva, 2024, p. 12).

Ademais, o estudo de Erdem e Kaya (2020) pontua que as expectativas educacionais dos pais exercem influência significativa no desempenho acadêmico dos alunos, dessa forma, compreende-se que, quando a família se afasta, transmite à criança uma mensagem de desvalorização da educação formal, afinal se a pessoa vista pela criança como modelo não dá importância para a escola, por que ela daria importância?

Mediante a terceirização do cuidado e da responsabilidade e omissão da parte das famílias, as escolas, professoras e profissionais da educação se encontram cada vez mais sobrecarregados tentando atender todas as demandas. No entanto, Wagner, Vieira e Maciel (2017) afirmam que:

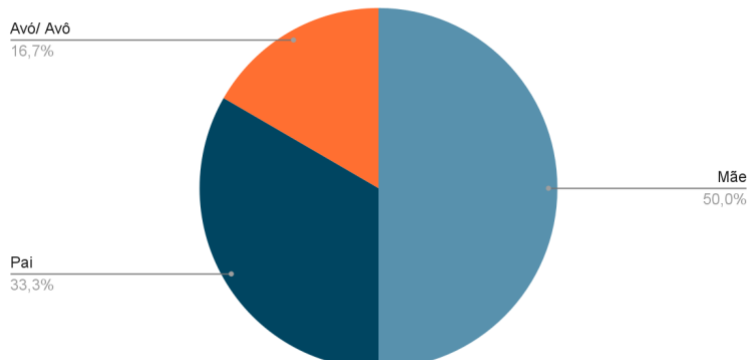
A escola [...] não tem condições de dar conta de todas as necessidades sociais, afetivas e educativas da criança. Esse não é seu papel e seguramente falhará se tentar assumi-lo (2017, p. 79).

Destarte, pode-se entender a criança em processo de desenvolvimento como um reflexo de sua família, pois é de conhecimento geral que as mesmas tendem a espelhar comportamentos e atitudes advindas de casa, dessa forma, a família precisa ter a consciência de que é a base da sua criança, o modelo que ela acredita ser o ideal. Em outras palavras, a família precisa dar exemplos positivos, contudo, não há tempo suficiente para isso, porque mal convivem entre si, uma vez que a jornada de trabalho ou começa antes ou após a escola, os horários não estão se conectando.

A análise dos dados coletados junto às famílias participantes permitiu identificar aspectos relevantes acerca das implicações da intensificação do trabalho no acompanhamento da vida escolar das crianças.

Gráfico 1: Grau de parentesco com a criança

1. Qual é o seu grau de parentesco com a criança atendida pelo CMEI?



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

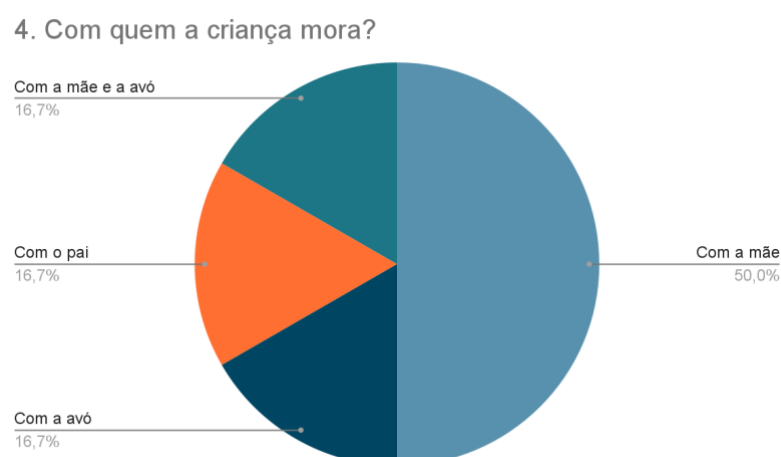
No Bloco 1 do formulário referente ao perfil do respondente, iniciou-se questionando o grau parentesco do respondente com a criança, obtendo a porcentagem de 50,0% (3) identificados como mães; 33,3% (2) como pais e apenas 14,3% (1) representando avô/avó.

Dessa forma, compreende-se que a figura materna é sobressalente quando se trata do cuidado doméstico, no que inclui o acompanhamento escolar. Em conformidade, o Censo 2022 destaca que o Brasil possui cerca de 7,8 milhões de mulheres cuidando dos filhos sem a presença do cônjuge ou de outros parentes.

Ao questionar a idade da criança de referência da família, os resultados mostram o quantitativo de 57,1% (3) com a idade de 5 anos, 28,6% (2) com 4 anos e 14,3% (1) com 6 anos, equivalente à família que tem duas crianças atendidas pelo CMEI, em duas turmas diferentes, e que indagou sobre a possibilidade de responder ao questionário mais de uma vez.

Nos resultados acerca da turma que frequenta no CMEI, obteve-se 83,3% (5) na turma de Pré I e 16,7% (1) no Pré II, revelando que, apesar da faixa etária respectivamente ser de 4 e 5 anos, isto é, ingressar na instituição aos 4 anos e egressar aos 5, a maioria das crianças participantes da pesquisa não iniciou as séries com as idades previstas, já que alguns iniciaram o Pré I com 5 anos e a criança do Pré II iniciou aos 6 anos.

Gráfico 2: Com quem a criança mora?



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

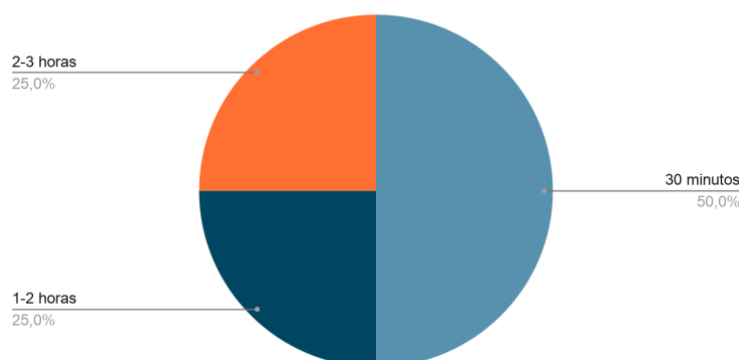
Questionado aos respondentes com quem a criança mora, 50,0% (3) residem apenas com a mãe e porcentagens iguais de 16,7% residem com o pai (1), com a avó (1) e com a mãe e a avó (1).

Inicialmente, observou-se que a maioria dos responsáveis exerce atividades laborais com jornadas extensas, o que limita significativamente o tempo disponível para o convívio familiar e para o acompanhamento das atividades escolares. Esse dado evidencia a centralidade do trabalho na organização da vida cotidiana, conforme discutido por Marx (2013) e Antunes (2018), e reforça a relação entre intensificação do trabalho e afastamento da vida familiar.

Ao perguntar se costumam levar questões do trabalho para casa ou realizar “horas extras”, foram consideradas as respostas equivalentes aos respondentes que estão empregados, obtendo o quantitativo igual de 50,0% para “Sim, sempre” (2) e 50,0% para “Não costumo” (2).

Gráfico 3: Deslocamento

9. E quanto tempo mais ou menos você leva no deslocamento casa-trabalho e trabalho-casa?



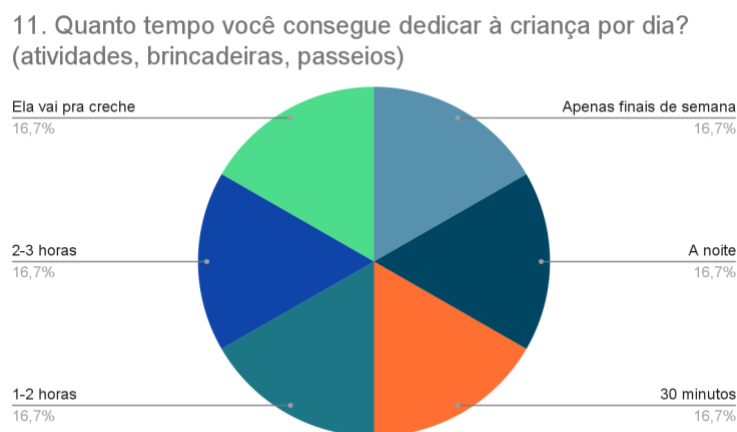
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

No Bloco 3 – Deslocamento –, foi perguntado qual o meio de transporte mais utilizado pelo respondente para se deslocar ao trabalho e o tempo gasto para tal deslocamento, no qual 50,0% (2) respondeu que utilizam moto, 25,0% (1) utiliza bicicleta e 25,0% (1) utiliza carro. Sobre o tempo gasto, 50,0% (2) gasta 30 minutos e porcentagens iguais de 25,0% (2) gastam entre 1 a 3 horas.

Iniciando o Bloco 4 – Rotina familiar e tempo com a criança –, foi questionado quem fica com a criança de referência após o término do horário no CMEI, enquanto o respondente está no trabalho, no qual 50,0% (3) respondeu que fica na creche, o que abre margem para

interpretação de que as crianças permanecem após o horário na instituição; 33,3% (2) ficam com a avó, no que inclui também o respondente que está desempregado e 16,7% (1) fica com a mãe, padrasto ou babá.

Gráfico 4: Tempo de qualidade dedicado à criança por dia



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

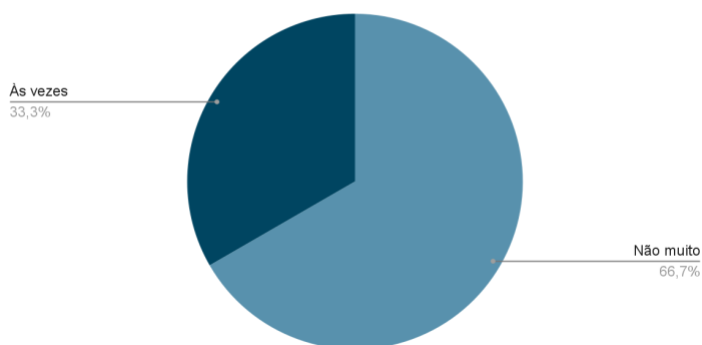
Acerca da capacidade de tempo para dedicar à criança por dia com atividades, brincadeiras e passeios, os resultados foram mistos: 16,7% (1) consegue dedicar apenas os finais de semana; 16,7% (1) mesmo estando desempregado formalmente consegue dedicar apenas à noite; 16,7% (1) consegue dedicar cerca de 30 minutos por dia; 16,7% (2) conseguem dedicar de 1-3 horas por dia e 16,7% (1) apenas respondeu que a criança vai pra creche – o que, à luz da análise interpretativa da pesquisadora, indica que a criança nessa circunstância em específico ou permanece além do horário de funcionamento da instituição, ou, possivelmente, o respondente respondeu a pergunta de forma equivocada –.

Em suma, percebe-se que a maioria dos respondentes têm reservado pouco ou quase nenhum tempo de qualidade para o convívio familiar e à criança, dessa forma, o afeto defendido por Wallon (1975) no núcleo familiar é prejudicado, podendo causar consequências negativas no repercutir da vida.

Essa realidade pode também ser compreendida à luz de Antunes (2018), ao confirmar que o trabalho ultrapassa sua função de subsistência e passa a ocupar centralidade na vida dos indivíduos, restringindo suas possibilidades de vivência para além da esfera produtiva. Dessa forma, o tempo designado ao convívio familiar torna-se residual, naquele pequeno espaço-tempo antes da criança dormir para iniciar a rotina no outro dia.

Gráfico 5: Acompanhamento escolar

12. Você consegue acompanhar a vida escolar da criança regularmente?



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Quando questionados sobre a participação na rotina escolar das crianças, alguns responsáveis relataram dificuldades em comparecer a reuniões, eventos e momentos pedagógicos promovidos pela escola, principalmente em razão da incompatibilidade de horários e da ausência de flexibilização no ambiente de trabalho. Além disso, foi recorrente a manifestação de insegurança por parte dos responsáveis quanto à solicitação de folgas para acompanhar a vida escolar dos filhos, o que demonstra a fragilidade das condições de trabalho e a precarização das relações laborais.

Tais resultados indicam distanciamento significativo das famílias em relação à vida escolar das crianças, interpretado aqui não como uma escolha individual, mas, como discutido por Antunes (2018), uma condição estrutural, como uma consequência direta da redução drástica do tempo livre dos trabalhadores, imposta pelo mundo do trabalho. Dessa forma, a figura da escola encontra-se sobrecarregada, assumindo funções que extrapolam seu papel pedagógico.

No tocante à percepção dos respondentes, a partir do Bloco 5 – Impactos percebidos –, questionou-se se os mesmos percebem alguma dificuldade imposta pelo trabalho na vida e cotidiano familiar, obtendo o quantitativo de 66,7% (4) para “Sim” e 33,3% (2) para “Não”, equivalente aos que não possuem vínculo trabalhista. Em relação aos que responderam sim, indicaram como alguns desses impactos: “Falta de dinheiro e muito trabalho” (1); “Ter tempo de qualidade” (1); “Não ter muito tempo pra família” (1) e “Não ter mais tempo para minha filha” (1). No que diz respeito ao comportamento das crianças, alguns responsáveis

relatarem alterações como irritabilidade e dificuldade de concentração, aspectos que podem estar relacionados à ausência de acompanhamento familiar. À luz da Teoria do Apego, de John Bowlby (1989), a construção de vínculos afetivos seguros depende da presença e disponibilidade física e emocionais dos cuidadores, contudo, conforme dados apresentados, a intensificação do trabalho vem causando a ausência e interrupção do vínculo, ameaçando o desenvolvimento saudável das crianças.

Na medida que a menção ao cansaço, à falta de paciência e ao esgotamento emocional por parte dos responsáveis torna-se recorrente nos resultados, é cabível dialogar com a sociedade do cansaço de Han (2017), na qual os sujeitos contemporâneos, estão tão submetidos à lógica do desempenho contínuo, que a exploração passa a ser internalizada, ocasionando no esgotamento físico e mental e interferindo de forma direta em suas relações familiares e no acompanhamento escolar dos filhos.

Por fim, foi perguntado se o respondente acredita que uma jornada de trabalho diferente poderia auxiliá-lo a conseguir acompanhar mais o desenvolvimento e a vida escolar da criança, no qual 66,7% (4) responderam que sim e 33,3% responderam que não. Finalmente, foi solicitado uma explicação de como seria a jornada de trabalho ideal para proporcionar esse auxílio, obtendo respostas que indicavam a necessidade de menos dias e menos tempo trabalhados a fim de diminuir o cansaço ao final do dia. Nesse sentido, sugeriram como possibilidades uma jornada de trabalho de 6 horas diárias e uma de 4 horas diárias, de segunda a sexta, com salário de R\$ 5.000 mensal.

Tais dados reforçam a compreensão de que a problemática não reside na falta de interesse das famílias, mas nas condições estruturais de trabalho, e dialoga com Antunes (2018), ao destacar que a luta pela redução da jornada não deve ser pensada ou ao menos limitada a uma simples questão econômica, mas a melhores condições de vida, incluindo o direito ao tempo livre e dedicação à convivência familiar.

Os resultados evidenciam que, embora 60,0% dos responsáveis estejam inseridos no mercado de trabalho e cumpram jornadas de aproximadamente 8 horas diárias, uma parcela significativa ainda precisa dar conta de demandas adicionais, como a realização de horas extras ou a continuidade de atividades laborais no ambiente doméstico. Além disso, o tempo de deslocamento também é um fator contribuinte para a redução do tempo residual para o convívio familiar, chegando a consumir até 3 horas diárias para alguns participantes.

Nessa perspectiva, foi observado e supracitado também que algumas das crianças permanecem na instituição mesmo após o término do horário regular, enquanto outras ficam sob os cuidados de terceiros, como avós, evidenciando a limitação da presença física e também

emocional dos pais, que seriam as principais figuras do cuidado na rotina cotidiana dos filhos. Tais dados evidenciam que o acompanhamento familiar é diretamente impactado pelas exigências do trabalho, não sendo resultado da falta de interesse dos responsáveis, mas consequência das condições estruturais às quais estão submetidos.

Ademais, a predominância de mães como principais responsáveis (50,0%) em conjunto com o fato de que metade das crianças reside apenas com a mãe reforçam a sobrecarga feminina no cuidado e na conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares, conforme observado em dados do Censo 2022.

Esse cenário evidencia que, mesmo após a inserção no mercado de trabalho, no qual, em tese, as responsabilidades parentais passariam a ser divididas igualmente entre a filiação da criança, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo acompanhamento dos filhos, sobrecarregando ainda mais os desafios enfrentados por elas, principalmente no que se refere às mães solo, que são mantenedoras sozinhas de um lar e de uma criança, às vezes até de mais de uma.

A partir desses dados, observa-se que a intensificação do trabalho das famílias não apenas reduz o tempo de convivência, mas também impacta diretamente o desenvolvimento das crianças e a qualidade da participação familiar na vida escolar. Dessa forma, os resultados evidenciam a necessidade de políticas públicas que promovam melhores condições de trabalho, possibilitando maior equilíbrio entre vida profissional e familiar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar de que maneira a intensificação do trabalho das famílias influencia o acompanhamento do desenvolvimento e da vida escolar de crianças matriculadas na Educação Infantil em um CMEI na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba. Com isso, a partir da análise dos dados coletados junto às famílias participantes e dos dados estudados, foi possível constatar que as exigências do trabalho contemporâneo têm dificultado a participação das famílias no cotidiano escolar, limitando o tempo de convivência e o acompanhamento das atividades educativas.

Os resultados evidenciaram que a intensificação do trabalho contribui para o afastamento dos pais da vida escolar dos filhos, favorecendo a transferência de responsabilidades educativas para a escola e, em alguns casos, para dispositivos tecnológicos. Outro aspecto identificado refere-se ao uso de dispositivos eletrônicos pelas crianças. Diante da falta de tempo dos responsáveis, o uso de telas aparece como uma estratégia frequente para entretenimento e ocupação das crianças no ambiente doméstico.

No entanto, identificou-se que o uso recorrente de dispositivos eletrônicos pelas crianças, associado à ausência dos responsáveis, pode trazer implicações negativas para o desenvolvimento infantil, especialmente que se refere à atenção, à linguagem e às habilidades sociais, conforme apontam estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) e da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2024).

Diante disso, confirma-se o problema de pesquisa e a urgência de discutir sobre tal, uma vez que foi perceptível a limitação do tempo de qualidade entre as famílias e crianças e o afastamento no acompanhamento da vida escolar como desdobramentos da intensificação do trabalho, que pode interferir negativamente no processo de desenvolvimento infantil, em especial no tocante às dimensões afetivas e sociais.

Dessa forma, conclui-se que a intensificação do trabalho das famílias, enquanto falha estrutural da sociedade, impacta diretamente o desenvolvimento das crianças e a relação entre família e escola, evidenciando a necessidade de repensar as condições do mercado de trabalho. Nesse sentido, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas que garantam melhores condições laborais, possibilitando maior equilíbrio entre vida profissional e familiar, bem como o fortalecimento da parceria entre família e escola.

Por fim, ressalta-se que, embora este estudo tenha sido realizado com um número reduzido de participantes, seus desfechos permitem refletir sobre uma realidade social mais

ampla, destaca-se a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a compreensão dessa temática, considerando diferentes contextos sociais e realidades familiares.

REFERÊNCIAS

- ALFANO, Bruno. Pisa: 36% de pais no Brasil apontam horário das reuniões como empecilho para participação na escola. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 dez. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pisa-36-de-pais-no-brasil-apontam-horario-das-reunioes-como-empecilho-para-participacao-na-escola-24114530>. Acesso em: 2 mar. 2026.
- ANGELOTTO, S. M.; CAMANI, J. A.; ANGELOTTO, T. de M.; LORENZONI, J. K.; SIMÕES, V. A. P. Família x escola: a importância do trabalho em conjunto para a formação da criança. **Educere: Revista da Educação**, Umuarama, v. 15, n. 1, p. 139–150, jan./jun. 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AQUINO, Lígia Maria Leão de. Contribuições da teoria histórico-cultural para uma educação infantil como lugar das crianças e infâncias. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 39–43, jan./abr. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1353>.
- AVILA, Janaina Pires de; OLIVEIRA, Rosane Teldy Viana de; SILVA, Irani Dayane Rodrigues do Nascimento da. A importância dos pais na vida escolar de crianças de 2 a 4 anos: os primeiros passos para a cidadania. **Revista Científica da Fagu**, n. 10, dez. 2015. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170531134616.pdf. Acesso em: 13 fev. 2026.
- BOWLBY, John. **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Tradução de S. M. Barros. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/diretrizes_curriculares_nacionais_para_educacao_basica_diversidade_e_inclusao_2013.pdf. Acesso em: 7 nov. 2025.
- BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 9 ago. 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 10 jan. 2026.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 ago. 2025.
- BRASIL. Governo Federal. **Governo federal incentiva a participação das famílias nas escolas**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/04/governo-federal-incentiva-a-participacao-das-familias-nas-escolas>. Acesso em: 2 mar. 2026.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Divulgados dados sobre impacto da pandemia na educação**. Brasília, DF, 8 jul. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/divulgados-dados-sobre-impacto-da-pandemia-na-educacao>. Acesso em: 2 mar. 2026.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em:

https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca_mdhc_2024.pdf.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.796**, de 4 de abril de 2013. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 abr. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.222**, de 29 de setembro de 2025. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 30 set. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15222.htm. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. **Lei Orgânica do Município nº 1**, de 2 abr. 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-joao-pessoa-pb>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Campanha do Governo Federal incentiva maior envolvimento da família na vida escolar dos filhos**. Brasília, DF: MDHC, 25 abr. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/campanha-do-governo-federal-incentiva-maior-envolvimento-da-familia-na-vida-escolar-dos-filhos>. Acesso em: 02 mar. 2026

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

FREUD, Sigmund. **Psicopatologia da histeria (1892–1899)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

IBGE. Educação infantil cresce em 2023 e retoma patamar pré-pandemia. **Agência de Notícias**, 4 dez. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 2 mar. 2026.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 2 mar. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, 2021.

JOÃO PESSOA. Secretaria de Educação. **Resolução nº 9**, de 18 de maio de 2010. João Pessoa, 2010. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br>. Acesso em: 22 ago. 2025.

JUNIOR, Nailson. Bayeux instala a primeira creche noturna da Paraíba. **PB News**, 2025. Disponível em: <https://pbnews.com.br>. Acesso em: 22 ago. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Laura Almeida Viana. **A precarização do trabalho e os entregadores por aplicativo**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2025. Anais [...]. Disponível em: <https://cfess.org.br>. Acesso em: 7 mar. 2026.

LIRA, Paulo Victor Rodrigues de Azevedo; GURGEL, Idê Gomes Dantas; AMARAL, Angela Santana do. Superexploração da força de trabalho e saúde do trabalhador. **Physis**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 7 mar. 2026.

MACHADO, Sidnei. Dossiê fim da escala 6x1. **IHU Unisinos**, 2025. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 5 fev. 2026.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NOBRE, Francisco Edileudo; SULZART, Silvano. O papel social da escola. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, 2018.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Função social da educação e da escola**. In: Políticas e Gestão na Educação. Goiânia: UFG, [s.d.].

OLIVEIRA, Juliana de. **A afetividade na educação infantil**: um estudo bibliográfico na perspectiva de Henri Wallon. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Diretrizes sobre atividade física, comportamento sedentário e sono para crianças menores de 5 anos. **Genebra**: OMS, 2019. Disponível em: <http://eferpaulofreire.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Diretrizes-da-OMS-sobre-atividade-fisica-comportamento-sedentario-e-sono-para-criancas-menores-de-5-anos-de-idade-TRADUZIDO.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2026.

O RAPPA. Rodo cotidiano. In: **O silêncio que precede o esporro**. Warner Music Brasil, 2003.

RICOEUR, Paul. **Do texto à ação**: ensaios de hermenêutica II. Tradução de Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: Rés, 1989.

SILVA, Maria Carolina Silvestre da. **A relação família e escola**: troca de responsabilidades e sobrecarga profissional na Educação Infantil. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

SILVA, Rafaela Maiza Antão da. **A responsabilidade omissiva da família na função da educação filial**. 2019. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Manual de orientação: saúde de crianças e adolescentes na era digital**. Rio de Janeiro: SBP, 2016. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2016/11/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Rio de Janeiro: SBP; [data desconhecida; acesso em 15 jan. 2026]. **A criança de 0 a 3 anos e o mundo digital**. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/A_CRIANCA_DE_0_A_3_ANOS_E_O_MUNDO_DIGITAL.pdf

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Benefícios da natureza no desenvolvimento de crianças e adolescentes** [Internet]. Rio de Janeiro: SBP; 2019 [acesso em 15 jan. 2026]. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/manual_orientacao_sbp_cen1.pdf

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Rio de Janeiro, SBP 2020 **Dependência Virtual, um problema crescente**, #MenosVideos #MaisSaude. Disponível em: https://sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22496c-MO_-_DepVirtual__MenosVideos__MaisSaude.pdf

SOUZA, Katia Reis de; GUARANY, Alzira Mitz Bernardes; SOUZA, Cláudia March Frota de. Vida além do trabalho? Notas sobre jornadas extensas, emancipação política e a saúde dos trabalhadores. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 49, n. especial 2, ago. 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ZQbRPwz9VntJ4SZ8qJ5vxZy/>. Acesso em: 08 fev. 2026.

TEMPOS modernos. Direção: Charles Chaplin. Estados Unidos: United Artists, 1936.

VILLARROEL, Márcia Amaral Corrêa Ughini; OKUYAMA, Fabio Yoshimitsu. O impacto do uso de telas no desenvolvimento integral da criança na primeira infância. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 27, e8691, 2025. DOI: <http://doi.org/10.22196/rp.v22i0.8691>.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WAGNER, Luciane Carniel; VIEIRA, Grazielli Padilha; MACIEL, Vera Elaine Marques. A terceirização dos cuidados infantis: um fenômeno histórico. **Revista de Educação do Cogeime**, São Paulo, ano 26, n. 51, p. 77–92, jul./dez. 2017.

WINNICOTT, D. W. **A criança e seu mundo**. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.